

LEI Nº 367

Estabelece os Subsídios dos Vereadores para a Legislatura que se inicia em 2001 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mucurici-ES, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.



Art. 1º- Fica fixado em R\$ 1.200,00(hum mil e duzentos reais), os subsídios mensais dos Vereadores do município de Mucurici-ES.

Art. 2º- Ao ocupante do cargo de Presidente da Câmara Municipal, em razão de suas atribuições, fica atribuído uma verba indenizatória no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), que será paga mensalmente.

Art. 3º- O Vereador que não comparecer à Sessão ou comparecer e não participar da votação deixará de receber fração de seus subsídios, proporcionalmente ao número de Sessões Ordinárias e Extraordinárias realizadas durante o mês, salvo motivo devidamente justificado, com base no Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º- O desconto, acima previsto, não incidirá no subsídio dos Vereadores presentes a Sessão não realizada, por falta de quorum, por ausência de matéria a ser votada ou durante o recesso parlamentar.

§ 2º- No caso de licenciamento por motivo de doença, devidamente comprovada por atestado médico, o Vereador perceberá seus subsídios integrais até o 15º dia de afastamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI-MUCURICI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Após esse período, permanecendo a causa do afastamento será o mesmo encaminhado à perícia médico do Instituto Nacional do Seguro Social para se habilitar ao recebimento do Auxílio-Doença previsto no Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º- O subsídio de que trata o Caput do artigo 1º desta Lei, será reajustado de acordo com os índices e nas mesmas datas estabelecidas para os servidores municipais, na forma do inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal, respeitados os limites legais e constitucionais.

Art. 5º- A convocação extraordinária, durante o período de recesso regulamentar convocada, dará direito ao recebimento de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por convocação.

§ 1º- Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara dos Vereadores somente deliberará sobre matéria para o qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.

§ 2º- Considerando o caráter indenizatório do pagamento somente poderão perceber, pela participação durante a Convocação Extraordinária, os Vereadores que participarem efetivamente das sessões.

x Art. 6º- Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder limitações ou reduções no valor dos subsídios fixados nos artigos primeiro e segundo, sempre que o total das despesas com a folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio dos Vereadores, atingir os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 25, publicada no DOU de 15/02/2000.

Art. 7º- Os recursos necessários à execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas nos Orçamentos do município de Mucurici-ES.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2001, revoga



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI-MUCURICI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

revogadas as as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de setembro de 2000


Adilson Gonçalves Ferreira
-PREFEITO MUNICIPAL-